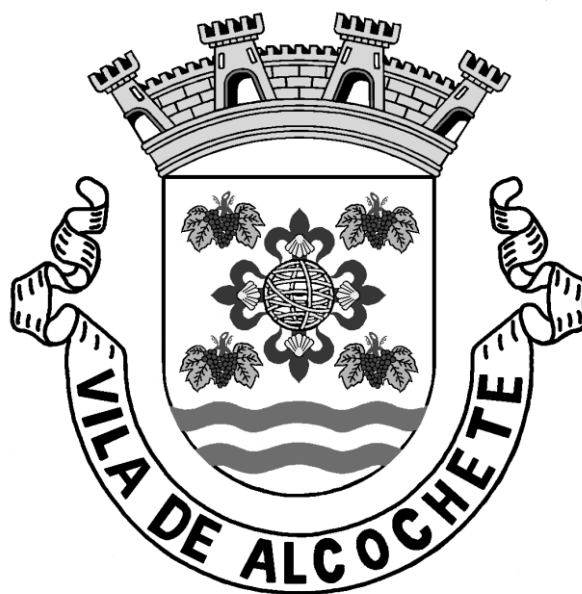




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 18

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA**

EM 14 DE SETEMBRO DE 2022

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	13
C. ORDEM DO DIA.....	14
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	14
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES.....	14
3. APROVAÇÃO DE ATAS.....	15
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR-PRESIDENTE E VERAÇÃO:	
4.1. PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA “AQUISIÇÃO DE BENS ALIMENTARES PARA OS REFEITÓRIOS ESCOLARES E MUNICIPAL, DURANTE O ANO DE 2023” – ENCARGOS PLURIANUAIS.....	15
4.2. 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, AO ORÇAMENTO DA DESPESA E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ATIVIDADES MAIS RELEVANTES) DE 2022, 2023 E 2024	16
4.3. ISENÇÃO DE PAGAMENTO TAXAS – “BOTE LEÃO”	17
4.4. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO – PROJETO DE PROSPEÇÃO GEOFÍSICA NA OLARIA ROMANA DO “PORTO DOS CACOS”	18
4.5. PLANO DE PORMENOR DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA BARROCA D’ÁLVA:	20
4.6. RECURSO A RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA DE SEIS ASSISTENTES OPERACIONAIS, NA ÁREA DA EDUCAÇÃO, NO REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO A TERMO INCERTO (DIS).....	27
4.7. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA COM O GRUPO DESPORTIVO ALEGRIA E TRABALHO – BARROCA D`ÁLVA	28
5. APOIOS FINANCEIROS	30
6. INFORMAÇÕES	30
D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	34
ENCERRAMENTO	34

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes a senhora vereadora, Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os senhores vereadores, Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Luís Miguel Carraça Franco e Jorge Manuel Pereira Giro.

Faltaram à presente reunião, por motivo considerado justificado as senhoras vereadoras Ana Sofia Madeira Maduro e Natacha Patrícia Bexiga Patinha e o senhor vereador Dário João Ferra Moura.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente questionou se a senhora vereadora e os senhores vereadores pretendiam usar da palavra.

O senhor vereador Jorge Giro iniciou a sua intervenção referindo que seria a primeira vez que o senhor presidente não apresenta assuntos no período de Antes da Ordem do Dia, nomeadamente o relatório epidemiológico.

Seguidamente expôs dúvidas e questões sobre as despesas que estão inscritas no Portal Base, recordando que qualquer cidadão pode ter acesso a esta página da *internet* e acompanhar alguma da atividade que o município desenvolve ao nível das despesas para contratações.

Sobre a aquisição/aluguer de módulos para a Escola Dom Manuel I, que apresenta uma despesa de €19.000,00 (dezanove mil euros), questionou se esta verba está inserida nas descentralizações que o município recebeu do Estado, se o mesmo irá ressarcir a câmara municipal desta despesa ou se porventura já o fez e qual a finalidade do equipamento. Adiantou que há uma despesa de €43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos euros), relacionados com serviços de elaboração de projeto para a reabilitação da rua Carlos Manuel

Rodrigues Francisco, rua Constantino Pinto Rodrigues, rua Chão do Conde e praça Constantino Pinto Rodrigues, interrogando o que irá acontecer nestas artérias da vila.

Apresentou que existe também um projeto com um valor de €57.400,00 (cinquenta e sete mil e quatrocentos euros), mais IVA, para a elaboração do projeto de execução de renovação da rede de condutas de adução e distribuição a partir do Batel, no entanto tem memória que na câmara municipal existe um estudo semelhante realizado há uns anos, recordando que a senhora chefe da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, numa reunião de câmara, afirmou que segundo esse estudo, seriam necessários cerca de €7.000.000,00 (sete milhões de euros) para requalificar a rede de águas e mitigar as perdas de água.

Expôs que existe uma despesa de €11.100,00 (onze mil e cem euros) atribuída a um ajuste direto para assessoria técnica para a empreitada de construção da ciclovia da avenida 5 de Outubro e Canto do Pinheiro, interrogando a que diz respeito esta despesa.

Asseverou que também se verifica um ajuste direto no valor de €14.000,00 (quatorze mil euros), atribuídos à alteração do projeto da avenida 5 de Outubro, questionando a que se deve esta alteração.

Indicou que está patente no Portal Base uma despesa de €54.200,00 (cinquenta e quatro mil e duzentos euros), relacionados com um concurso público para a manutenção de espaços verdes com a empresa “Purgest”, perguntando se o concurso público foi efetivado e se o mesmo esteve presente em reunião de câmara para ser alvo de deliberação ou somente para dar conhecimento, existindo ainda outro concurso público também dirigido aos espaços verdes com um valor de €72.000,00 (setenta e dois mil euros), colocando a mesma questão.

Aludiu que existe um ajuste direto de €36.000,00 (trinta e seis mil euros) à empresa “Árvores e Pessoas” que presta o serviço de poda de árvores, mas que em anos anteriores estes procedimentos eram alvo de concursos públicos e presentes em reunião de câmara para aprovação.

Finalizou a sua intervenção indicando que também se pode constatar a despesa de €30.000,00 (trinta mil euros) para a lavagem de ruas.

Nas situações referidas estão implícitas largas dezenas de milhares de euros, pelo que existindo dúvidas considera que as mesmas devem ser esclarecidas.

O senhor presidente agradeceu as questões colocadas pelo senhor vereador, que as mesmas são fundamentalmente técnicas e que não possuía no momento de toda a documentação relativa às despesas realizadas pelo município. Recordou que na ordem de trabalhos existe um ponto que é partilhado de forma detalhada, sendo ele os pagamentos autorizados entre reuniões.

Adiantou que o senhor vereador elencou praticamente uma dezena de questões relativas a despesas da atividade corrente do município, contudo as mesmas poderiam triplicar, pelo que estar a dissecar ponto a ponto esta matéria não lhe parecia apropriado.

Recordou que na última sessão de câmara já não foi apresentado o relatório epidemiológico, sendo da opinião que no momento já não faz sentido estar a prestar essa informação.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares por solicitação do senhor presidente informou que estão a ser instalados 3 módulos na Escola Dom Manuel I, para servirem de sala de aula numa escola que está sobrelotada. Deu nota que nos últimos dois anos algumas turmas do Curso Profissional de Turismo estiveram a ter aulas no Fórum Cultural de Alcochete, mas como o agrupamento de escolas considera que estes alunos não poderiam continuar fora do edifício escolar, correndo o risco de perder os laços com os colegas e com o ambiente da escola, foi tomada esta opção.

Transmitiu que a autarquia assumiu a despesa com os módulos, o qual será reportado em sede de Comissão de Acompanhamento da Descentralização de Competências, que detém a responsabilidade de elaborar o relatório dando conta se as verbas definidas no âmbito da descentralização irão ou não ser suficientes.

Por último, considera que a responsabilidade da requalificação ou do aluguer dos módulos deveria ser da tutela, mas, tal como acontece com a deservagem desde há 5 anos, a autarquia substituiu o Ministério da Educação, bem como, na reparação de canos e cortes

de árvores, quer na Escola Dom Manuel I, quer na Escola Secundária, cujos estabelecimentos não pertenciam à autarquia, mas como o executivo considera a comunidade escolar,(professores, auxiliares e alunos) uma prioridade, tem realizado esses trabalhos.

Seguidamente, o senhor presidente referiu que na intervenção do senhor vereador Jorge Giro as questões relativas a dois projetos, apontados por terem uma verba elevada, mas que por aquilo que tem vindo a ser feito ao longo de 5 anos e face ao que o mercado pratica não lhe parece que os valores sejam exagerados, existindo diferenças nos valores, dependendo da arquitetura, da especialidade ou essência do projeto.

Sobre a situação que envolve a rua Carlos Manuel Rodrigues Francisco e rua Chão do Conde, com uma despesa de €43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos euros) informou que está relacionado com um processo que está a ser desenvolvido e que para seja possível concretizá-lo é imperioso avançar com o projeto.

Lembrou que todos os projetos são contratados externamente, nos mais variados gabinetes, nunca tendo a Câmara Municipal de Alcochete desenvolvido qualquer projeto de arquitetura ou de especialidade.

Relativamente ao projeto que envolve um valor de €57.400,00 (cinquenta e sete mil e quatrocentos euros), esclareceu que o mesmo não está relacionado com o que o senhor vereador Jorge Giro referiu, embora se enquadre na mesma linha. Explicou que devido ao problema que o município enfrentou à dois ou três anos com uma bomba adutora na rotunda do Batel, está neste momento a ser desenvolvido um projeto para que através do reservatório do Batel seja possível criar uma nova adutora paralela para evitar que se repita uma rotura, tão grave, como não há memória em Alcochete.

Sobre as contratações externas para as podas, para os espaços verdes e para a lavagem de ruas, explicou que as despesas todas somadas resultam numa verba com algum peso, contudo tal só é possível, porque a Câmara Municipal de Alcochete apresenta uma situação financeira confortável, que lhe permite trabalhar em prol das pessoas e apresentar um concelho limpo, tratado e cuidado, mas que para isso é necessário investimento, porque os

trabalhadores da câmara municipal não são suficientes para o trabalho que é necessário realizar.

O senhor vereador Pedro Sérgio Lavrado, por solicitação do senhor presidente, informou que em relação aos projetos da rua Carlos Manuel Rodrigues Francisco e rua Chão do Conde, o objetivo será a realização de alterações nas vias, de modo a resolver um grave problema que existe no centro da vila, ao nível do estacionamento e segurança rodoviária, sendo do conhecimento geral que a rua Carlos Manuel Rodrigues Francisco, todos os dias, evidencia um caos no estacionamento e circulação automóvel. Deste projeto resultará que a rua Carlos Manuel Rodrigues Francisco passe a ter um único sentido de trânsito, com a circulação a ser feita no sentido do largo de São João para a Escola do Monte Novo, o que irá permitir criar estacionamento no lado direito da via. No sentido inverso o trânsito será efetuado pela rua Chão do Conde, cuja via necessita de ser requalificada ao nível do subsolo, saneamento, águas e todas as infraestruturas aéreas, eletricidade e telecomunicações passarão para subterrâneo.

Asseverou que sobre o projeto das condutas de adução e distribuição, o mesmo resulta não só, de um problema grave ocorrido em abril de 2020, mas também com a falta de água nas freguesias de Alcochete e São Francisco, esclarecendo que a nova adutora fará com que o abastecimento não fique dependente de apenas da adutora que vem dos reservatórios do Batel para a rotunda do Batel. Esta solução também resultará num maior caudal e mais pressão na rede com a colocação de bombas hidropressoras nos reservatórios do Batel, resolvendo assim alguns problemas de pressão que começam a aparecer. Adiantou que caso se repita algum problema na adutora que vem até à rotunda do Batel, haverá uma solução alternativa pela rua dos Jasmins. Neste momento o projeto está concluído, tendo sido entregue há cerca de quinze dias para que possa ser verificado pelos serviços técnicos da câmara municipal, existindo uma estimativa inicial que ronda €1.000.000,00 (um milhão de euros), mas que irá melhorar as condições do fornecimento de água.

Continuou a sua intervenção aludindo que em relação à assessoria técnica da avenida 5 de Outubro, o procedimento prende-se com a fiscalização da obra. O município não possui meios humanos suficientes para realizar a fiscalização de uma obra desta envergadura. Trata-se de uma assessoria existente na obra, a tempo inteiro, composta um engenheiro civil

com a responsabilidade de fiscalizar, e um técnico de segurança que se desloca uma vez por semana ao local a fim de avaliar as condições da empreitada.

Sobre a alteração do projeto também referente ao local da avenida 5 de Outubro, elucidou que são alterações pontuais, que vão ocorrendo ao longo da obra, imprevistos que resultam de cadastros com informação insuficiente ou até mesmo inexistente.

Por último e em relação aos concursos públicos para os espaços verdes, explanou que o procedimento foi novamente efetuado por lotes, três lotes que correspondem às três freguesias do concelho, acrescentando mais um lote para abates e podas de árvores, semelhante ao que foi realizado em anos anteriores. A diferença é que este ano o senhor presidente tem as competências para lançar o concurso sem necessidade de o mesmo ser aprovado em reunião de câmara.

O senhor vereador Jorge Giro, afirmou que a ajuda dada à Escola Dom Manuel I, não é somente desde há 5 anos, tal como a senhora vereadora Maria de Fátima Soares referiu, mas sim desde há 15 anos. Os sucessivos executivos da câmara municipal têm prestado auxílio ao agrupamento de escolas, nos pontos enunciados pela senhora vereadora, mas também na facilidade do pagamento de água, por força das sucessivas roturas da canalização.

Seguidamente, expressou que conhece o processo da adutora paralela, estando convicto que no estudo realizado no passado, por uma outra empresa, está plasmada a necessidade da melhoria da pressão e do caudal, com um orçamento semelhante ao referido, contudo, na altura, a ideia do executivo era de imputar os custos desta obra ao promotor que viesse a construir algo no espaço onde atualmente se encontra o *“Tagus Bay”*.

Acerca dos concursos para os espaços verdes, expôs que independentemente de o senhor presidente ter atualmente poderes para que os mesmos não necessitem de aprovação em reunião de câmara, deveriam pelo menos constar como Informação, caso contrário obriga a consulta constante do Portal Base.

Terminou, questionando se a obra da avenida 5 de Outubro e avenida Canto do Pinheiro está a decorrer nos prazos previstos ou se existe alguma derrapagem em relação ao que está planeado.

O senhor presidente discordou do que foi afirmado pelo senhor vereador Jorge Giro, anunciando que é competência do presidente da câmara o desenvolvimento de um conjunto de procedimentos. Adiantou que o pagamento autorizado entre reuniões é dado a conhecer aos senhores vereadores e que os mesmos podem questionar conforme seja o entendimento, algo que durante os 5 anos em que lidera o executivo da Câmara Municipal de Alcochete nunca aconteceu. Caso existam alguns valores que os senhores vereadores não percebam ou que não saibam a que se referem, poderão sempre questionar.

Em relação à obra das avenidas 5 de Outubro e Canto do Pinheiro, manifestou que não se pode afirmar que está tudo bem, há algum tempo que a falta de mão de obra se evidencia em Portugal, dando como exemplo a necessidade de se recrutar motoristas em Cabo Verde para os Transportes Metropolitanos de Lisboa. Era estimado que a obra estivesse concluída até ao final do ano, contudo há uma dificuldade enorme no que diz respeito à mão de obra, mas também existem atrasos significativos no fornecimento de materiais, quer sejam importados ou nacionais.

Recordou que na reunião de câmara anterior, o senhor vereador Pedro Sérgio Lavrado teve a oportunidade de se pronunciar sobre as coimas, reiterando que desde que se justifique, a câmara municipal desenvolve esse procedimento e aplica as coimas aos empreiteiros por incumprimento dos prazos.

O senhor vereador Luís Miguel Franco sobre a questão apresentada pelo senhor vereador Jorge Giro, onde o mesmo perguntava se a obra das avenidas 5 de Outubro e Canto do Pinheiro está a decorrer nos prazos previstos ou se existia alguma derrapagem em relação ao que está planeado, a qual foi esclarecida pelo senhor presidente, contudo considera que as justificações transmitidas não são aceitáveis, porque desde 2017, na execução de obras públicas municipais, tem existido atrasos significativos no prazo que consta do caderno de encargos, apontando que a pandemia foi uma justificação para mais atrasos e, atualmente

os atrasos são justificados pela guerra da Ucrânia, para si, muitas das vezes existem atrasos de execução nas obras, por inércia do executivo.

Seguidamente, referiu que o Governo se prepara para desenvolver um procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica, onde para além do modelo que opunha à construção faseada do aeroporto no Campo de Tiro, perfilam-se agora duas outras possíveis localizações, Santarém e Alverca. Considera que Santarém é uma localização que somente serve para baralhar os mais incautos, no entanto, Alverca não padecerá desse tipo problema, lembrando que essa zona esteve em consideração num momento anterior ao estudo do LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), que conclui pela construção do aeroporto no Campo de Tiro. Observando estas movimentações, julga que há muitos interesses envolvidos em relação à construção do aeroporto em Alverca.

Questionou sobre qual é a atitude da Câmara Municipal de Alcochete perante esta conjuntura. O que é que se pretende para uma infraestrutura aeroportuária que poderá trazer desenvolvimento económico e social. Se pretendem ou não que este aeroporto seja construído no Campo de Tiro. Quais os procedimentos que o executivo tem assumido para reivindicar algo que há uns anos estava dado como adquirido.

Continuou expondo que associada à questão do aeroporto há uma outra que se prende com a campanha eleitoral e que constou do compromisso do Partido Socialista, onde haveria uma consulta popular para se saber qual a opinião da população acerca desta questão, pelo que perguntou, quando é que a câmara municipal vai desenvolver essa consulta popular.

Transmitiu que ficou perplexo ao ouvir na última reunião que a câmara municipal já tinha remetido para a comissão consultiva o projeto do PDM (Plano Diretor Municipal), entendendo que não obstante o procedimento estar devidamente disciplinado no regime jurídico aplicável, pensou que não se estivesse perante uma proposta que fosse única e exclusiva do executivo, ficou admirado por saber que um documento estratégico nos termos da promoção do desenvolvimento, não foi apresentado aos titulares do Órgão Colegial, que têm a competência para aprovar a proposta que será submetida à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal.

Assim, questionou sobre qual é a visão estratégia que conforma todo o conteúdo documental e material da proposta apresentada à CCDDR-LVT (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo), qual é a estratégia de desenvolvimento do município e quais os pilares em que assenta e se existe ou não redução da área da Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional. Perguntou também se em termos da educação a câmara municipal aproveitou para rever a Carta Educativa e em caso afirmativo quais são os cenários alternativos.

Sobre a rua Chão do Conde e a rua Carlos Manuel Rodrigues Francisco, considera que deve haver uma perspetiva de incremento da situação referida, todavia, não discordando de um estudo técnico que afira a possibilidade da criação de um novo modelo de circulação rodoviária, questionou, conhecendo-se os limites físicos da rua Chão do Conde, quais são os impactos dessa solução no domínio dos transportes coletivos de passageiros, nomeadamente os autocarros, ou seja se a circulação dos transportes coletivos de passageiros vai deixar de passar pelo Centro Histórico de Alcochete ou somente os autocarros com maior capacidade de passageiros é que ficam excluídos do suposto novo modelo de circulação rodoviária.

O senhor presidente considerou que as questões abordadas pelo senhor vereador Luís Franco são um não assunto, que não afetam, não perturbam e nem prejudicam o trabalho desenvolvido pelo executivo, referindo que o senhor vereador teve a oportunidade de elaborar um requerimento relativamente a estas questões, tendo existido a amabilidade de as mesmas terem sido respondidas num prazo tão rápido quanto possível.

Sobre a questão do PDM, julga que o que foi aludido é assunto de lana-caprina, porque o processo foi enviado para a CCDDR-LVT, o mesmo irá regressar à câmara municipal para que haja consulta pública, discussão e alterações que possam a vir ser efetuadas, tendo que também ser submetido à Assembleia Municipal de Alcochete. Salientou que tentar de uma forma menos correta, ludibriar os pensamentos das pessoas, não lhe parece ser plausível para os que defendem e protegem os interesses supremos do concelho de Alcochete.

Acerca do aeroporto, asseverou que se o senhor vereador estivesse presente em reuniões anteriores, saberia o que havia sido proferido sobre essa matéria, dado que teve a

oportunidade por mais de uma vez, de falar sobre o assunto, pelo que não se vai estar a repetir.

Por último informou que em relação ao modelo de circulação, existiu um trabalho desenvolvido pelo senhor vereador Pedro Lavrado e pelos técnicos da Câmara Municipal de Alcochete, do qual resultou um projeto que foi remetido para uma entidade externa, aguardando-se a receção do mesmo e que será analisado, discutido e partilhado com todos, no tempo devido, tal como tem sido feito nos últimos 5 anos.

O senhor vereador Luís Franco aludiu que é confrangedor o desconhecimento político do senhor presidente acerca das questões macro, magnas, de desenvolvimento da Câmara Municipal de Alcochete, referindo que não responder a um vereador da câmara municipal sobre questões relacionadas com o PDM e com o seu procedimento de revisão, para além de censurável, é deplorável e confrangedor, quando o presidente de câmara não consegue responder ao vereador da oposição sobre quais são os traços caracterizadores, fundamentais da proposta que foi submetida à comissão de acompanhamento presidida pela CCDR-LVT, considerando que as questões sobre o PDM e o aeroporto são importantes para o futuro do concelho.

Seguidamente afirmou que em relação ao aeroporto, o executivo continua sem ter uma opinião formada ou então aguardam uma diretiva emitida pelo “Largo do Rato”, para poderem assumir uma posição política sobre algo que julga ser fundamental.

Sobre o que foi explicado pelo senhor presidente acerca do PDM, que ainda será objeto de discussão pública, onde participarão os interessados, adiantou que os eleitos da câmara municipal e os da Assembleia Municipal de Alcochete apenas poderão participar enquanto cidadãos, sendo que no plano político era exigível que antes da consolidação de uma proposta todos os titulares da câmara municipal e da assembleia municipal fossem chamados a participar na conformação dessa proposta.

Continuou afirmando que o senhor presidente não deve ter a amabilidade de responder, porque tem o dever de responder a todos os titulares da câmara municipal e da assembleia

municipal, tendo conseguido através da alteração do Regimento da Câmara Municipal de Alcochete, um prazo indeterminado para não responder de maneira célere.

Por último sugeriu que o senhor presidente se prepare melhor para as questões políticas, que nos vários fóruns assuma a defesa efetiva dos cidadãos de Alcochete e que não expresse numa reunião de câmara que as questões relacionadas com o PDM e com o aeroporto, que poderão trazer mais desenvolvimento económico, mais dinheiro para as famílias, mais desenvolvimento social, mais educação e habitação, que são questões de lana-caprina, porque é menorizar os interesses da população.

O senhor presidente propôs a inclusão do seguinte ponto no período da Ordem do Dia: “Recurso a reserva de recrutamento interna de seis assistentes operacionais, na área da educação, no regime de contrato de trabalho a termo incerto (DIS)”.

A sua inclusão foi aceite, ficando numerado como ponto 4.6, renumerando-se assim, os restantes pontos.

B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Registou-se a intervenção do senhor António Tábuas dos Santos, residente na rua Beneficiado de Oliveira, em Alcochete, denunciando que a referida rua está esventrada desde janeiro do corrente ano, resultado das obras que aí decorrem, informou das dificuldades que existem no acesso à sua habitação, alertando também que maioria dos residentes são pessoas idosas, com dificuldades de mobilidade, existindo inclusive quem seja utilizador de cadeira de rodas.

O senhor presidente agradeceu a participação do senhor António Santos, afirmando que tem existido um conjunto grande de constrangimentos, tendo já sido solicitado ao senhor vereador Pedro Lavrado e aos serviços competentes, um cuidado acrescido, porque tem a consciência de que na rua Beneficiado de Oliveira reside um conjunto grande de pessoas com mobilidade reduzida.

O senhor vereador Pedro Lavrado informou que na referida rua foi colocado um novo saneamento, uma obra que é da responsabilidade do promotor do empreendimento que está a ser construído. O município aproveitou o facto de a rua estar a ser intervencionada para proceder à substituição da rede de águas que ainda era de fibrocimento. A responsabilidade da reposição do pavimento é do empreiteiro que está a realizar a obra, estando o município a exercer pressão para que isso aconteça o mais rápido possível, adiantou que foi negociado com o empreiteiro a colocação de um novo empedrado, tipo calçada portuguesa, em toda a extensão da rua e não apenas na zona intervencionada, o que tem causado algum atraso, mas que segundo a informação do empreiteiro estará para breve a colocação de um empedrado do tipo calçada portuguesa.

O senhor presidente solicitou ao senhor vereador Pedro Lavrado para que tenha da sua parte um acompanhamento mais assertivo, porque para além da rua dar acesso ao cemitério, é uma rua onde residem pessoas com mobilidade reduzida.

C. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €7.081.344,31 (sete milhões, oitenta e um mil, trezentos e quarenta e quatro euros e trinta e um cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente informou que a senhora vice-presidente da câmara, entre os dias 31/08/2022 e 09/09/2022, autorizou o pagamento da despesa, no montante de €545.983,35 (quinhentos e quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta e três euros e trinta e cinco cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 3500 ao n.º 3614.

Mais informou que entre os dias 10/09/2022 e 13/09/2022, autorizou o pagamento da despesa, no montante de €54.131,72 (cinquenta e quatro mil, cento e trinta e um euros e setenta e dois cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 3615 ao n.º 3627.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação de atas

Ata da reunião ordinária realizada em 03 de agosto de 2022

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

Não votaram os senhores vereadores Pedro Lavrado e Luís Franco por não terem estado presentes, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR-PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1. Procedimento de Concurso Público para “Aquisição de Bens Alimentares para os Refeitórios Escolares e Municipal, durante o Ano de 2023” – Encargos Plurianuais

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

1. O procedimento mencionado em epígrafe, tem o prazo de execução de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a decorrer no ano de 2023;

2. Nesse seguimento são assumidos compromissos de despesa que exigem necessariamente compromissos plurianuais;
3. A assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas na alínea b), do artigo 3.º e na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Assim propõe-se:

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1, do artigo 33.º e do artigo 24.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea b) do artigo 3.º e alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, submeter à apreciação da Assembleia Municipal a Prévia Autorização de Compromissos Plurianuais para o Ano Económico de 2023 referente à “Aquisição de Bens Alimentares para os Refeitórios Escolares e Municipal, durante o Ano de 2023”, no valor de €550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil euros) acrescido do IVA.

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal.

4.2. 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita, ao Orçamento da Despesa e às Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes) de 2022, 2023 e 2024

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«1 - A segunda revisão ao Orçamento da Receita não apresenta qualquer registo;

2. A segunda revisão ao Orçamento da Despesa reforçou rubrica nos anos de 2023 e 2024 no montante de €556.000,00 e € 444.000,00, respetivamente;

3. A segunda revisão às Grandes Opções do Plano, apresenta uma modificação nos anos de 2023 e 2024 no montante de €556.000,00 e €444.000,00, respetivamente, que se reflete no Plano Plurianual de Investimentos, sendo que as Atividades Mais Relevantes não apresentam qualquer modificação.

Assim proponho:

1. A aprovação à segunda revisão ao Orçamento da Receita, ao Orçamento da Despesa e às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR's) nos anos de 2022, 2023 e 2024;
2. Que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal para aprovação».

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por maioria, com 3 votos a favor do PS e 2 abstenções da CDU.

O senhor vereador Jorge Giro, em nome da CDU, apresentou verbalmente a seguinte declaração de voto:

«Dizer que o nosso sentido de voto não é nada contra a construção do novo pavilhão em São Francisco, tem haver somente por serem atos de gestão que são deste executivo.»

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal.

4.3. Isenção de pagamento taxas – “Bote Leão”

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Por solicitação da senhora presidente da Junta de Freguesia de Alcochete, Maria Manuel Maduro, apresentamos o pedido de passeio gratuito na embarcação “Bote Leão”, para a

realização de passeio aberto à população, dirigido ao público sénior residente na freguesia, no próximo dia 29 de setembro, às 14h30.

Considerando a memória coletiva do povo de Alcochete, nomeadamente no que concerne às atividades ligadas ao rio, às embarcações tradicionais e à cultura marítima de outrora, as juntas de freguesia, pela sua proximidade com a população, têm um papel fundamental na preservação da cultura e identidade locais, ao proporcionar este tipo de atividade de vivência cultural, em particular, ligada à tradição dos marítimos de Alcochete.

Neste sentido, e considerando a fundamental colaboração entre a Junta de Freguesia de Alcochete e a Câmara Municipal de Alcochete na promoção e divulgação da identidade cultural e das tradições do povo alcochetano, propõe-se a isenção do pagamento da utilização da embarcação “Bote Leão” para a realização desta atividade promovida pela Junta de Freguesia de Alcochete, no valor de €200,00 (duzentos euros).»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.4. Protocolo de Colaboração – Projeto de Prospeção Geofísica na Olaria Romana do “Porto dos Cacos”

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«O Centro Oleiro do Porto dos Cacos está situado na Herdade de Rio Frio, junto à ribeira das Enguias, no concelho de Alcochete. Foi classificado em 2011 como Sítio de Interesse Público, de acordo com a Portaria n.º 591/2011, de 27 de junho.

Conforme está descrito na referida Portaria, “a Olaria Romana do Porto dos Cacos é um importante exemplar de um complexo industrial romano”, possuindo elementos patrimoniais únicos que são parte da História nacional e internacional.

A Universidade Nova de Lisboa pretende desenvolver no Centro Oleiro do Porto dos Cacos um projeto que consiste na aplicação de métodos e técnicas de prospeção geofísica, com

vista a obter uma leitura do subsolo, por meio de análises magnéticas e de resistividade elétrica que permitem detetar e caracterizar eventuais estruturas arqueológicas. Este processo é um método que não causa danos no subsolo e possibilita, de forma imediata, uma leitura 'raio X' de um sítio arqueológico, sugerindo áreas com potencial para futuras intervenções arqueológicas.

O projeto será desenvolvido em parceria com o Centro de Arqueologia de Almada e a Universidade de *Marburg* (Alemanha), sendo feito o acompanhamento no terreno por um professor desta entidade.

A proposta de Protocolo com o Centro de Arqueologia de Almada tem, assim, em vista a promoção da descoberta de novos elementos arqueológicos no Centro Oleiro do Porto dos Cacos, o reforço da investigação sobre os grandes circuitos de exportação entre as várias províncias do Império Romano e a salvaguarda deste sítio arqueológico classificado.

Considerando:

- que o Município de Alcochete tem por atribuições a promoção e a salvaguarda dos interesses próprios da respetiva população em articulação com as freguesias, designadamente, no domínio do património cultural, de harmonia com o disposto nos artigos 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea e) e 33.º n.º 1, alínea t), do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- a importância patrimonial da olaria romana do “Porto dos Cacos”.

Encontram-se reunidas as condições para submeter a reunião de Câmara a presente proposta de apoio financeiro de €500,00 (quinhentos euros).»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Protocolo, como **Doc. 1**.

4.5. Plano de Pormenor do Núcleo de Desenvolvimento Turístico da Barroca d'Alva:

- **Aprovação da Minuta do Contrato de Planeamento**
- **Elaboração do Plano Pormenor**

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

« Considerando que:

1. A Câmara Municipal de Alcochete pretende manter a possibilidade de execução do Núcleo de Desenvolvimento Turístico, sob a forma de conjunto turístico, na zona da Barroca D'Alva, prevista no Plano Diretor Municipal e considerando o interesse manifestado pelos proprietários da área integrada no perímetro já anteriormente definido, de retomarem e implementarem o processo de elaboração do Plano de Pormenor, a Câmara Municipal entende ser oportuno voltar a deliberar a elaboração do Plano, atendendo, também, à sua importância para o desenvolvimento do concelho, para a sua valorização turística e para a retoma da atividade económica;
2. O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio, consagra expressamente a possibilidade de contratualização entre a Administração e os privados no que respeita à elaboração de Plano de Pormenor, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 79.º do RJIGT;
3. A concretização dos estudos através da elaboração de um Plano de Pormenor do Núcleo de Desenvolvimento Turístico da Barroca d'Alva (PPBA) e para os espaços envolventes considerados necessários a garantir uma intervenção territorial integrada, terá um forte potencial para aumentar a projeção regional de Alcochete no contexto do Arco Ribeirinho Sul, em particular, e da Área Metropolitana de Lisboa, potenciando as atividades económicas no Município e a imagem de Alcochete para o exterior;
4. De acordo com o disposto nos n.ºs 4 e 5, do artigo 76.º do RJIGT, a elaboração dos planos municipais pode decorrer em paralelo com a necessária ponderação dos

programas, planos e projetos, com incidência na área em causa, considerando os que já existam e os que se encontrem em preparação, por forma a assegurar as necessárias compatibilizações;

5. No PDM em vigor e nos documentos em estratégicos desenvolvidos pelo Município de Alcochete apontam a Barroca d'Alva como área de elevado potencial turístico; esta área, articulada com o Monte da Barroca de Alva onde se localiza, já hoje, um importante conjunto de equipamentos e serviços de recreio e lazer, deverá proporcionar a fruição das condições naturais, paisagísticas e ambientais características da zona da Charneca do Montado e das áreas naturais do Estuário do Tejo que se encontram na proximidade, tendo em conta as respetivas condicionantes;
6. No âmbito dos estudos em curso para a Revisão do PDM, paralelamente é proposta, para a área em causa, uma Unidade Operativa de Planeamento e Gestão tendo em vista o enquadramento e articulação coerente entre estudos;
7. E que:
 - O Núcleo Turístico da Barroca de Alva, definido no Plano Diretor Municipal em vigor, tem uma localização indicativa na zona Nordeste do Concelho (Planta 1 anexa) e está sujeito à elaboração de Plano de Pormenor no qual serão estabelecidos as condições e os parâmetros de ocupação do solo.
 - A área de intervenção é de 441ha e os seus limites constam nos documentos anexos, encontrando-se abrangida no PDM em vigor por solos classificados como espaços agroflorestais;
 - A elaboração do Plano de Pormenor tem como propósito estruturar e assegurar a gestão sustentável dos recursos existentes e a minimização dos impactes da atividade turística sobre os mesmos;

- Com a implementação do Plano de Pormenor pretende-se contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do concelho em paralelo com a conservação da natureza na área do projeto e na sua envolvente bem como com a valorização e preservação da paisagem e património cultural identitário da região.

8. O projeto do Núcleo da Barroca de Alva deverá ter como referência:

- A constituição de uma área de desenvolvimento turístico de baixa densidade de ocupação que valorize a relação das funções turísticas com o meio em que se integra, nomeadamente com as suas componentes paisagísticas e de espaço livre;
- A ocupação turística assumirá diversas tipologias de empreendimentos turísticos de 4 e 5 estrelas a concretizar no decurso da elaboração do plano, tendo por referência a edificabilidade permitida, com uma capacidade máxima de 3.625 camas turísticas;
- A edificabilidade (superfície bruta de construção) será a resultante da aplicação do índice máximo de utilização bruto de 0,035 à área de intervenção do plano de pormenor;
- Devem ser previstos equipamentos de uso comum dos empreendimentos turísticos a criar, vocacionados para a promoção da atividade desportiva e de lazer dos utilizadores e de terceiros, associada à salvaguarda e valorização da fauna e flora locais, através de atividades de contemplação e de desfrute da paisagem, numa perspetiva de promoção da sustentabilidade ambiental;
- Os equipamentos de uso comum a criar devem ter como objetivo qualificar o território em que se inserem, e, concomitantemente, valorizar os empreendimentos turísticos que visam enquadrar;
- Os equipamentos de uso comum, a concretizar e a desenvolver no decurso dos trabalhos de elaboração do plano, de acordo com os estudos mais detalhados que forem sendo desenvolvidos, devem apontar no sentido de prever:

- uma área com clara vocação desportiva e de lazer, que aproveite as condições naturais que o local oferece e para onde se prevê a realização, dispersa no terreno, de atividades de recreio ativo e de desporto ao ar livre, designadamente circuitos de manutenção; zonas de estadia; desportos de aventura (arborismo, rappel, slide); tiro ao arco; campos de *padel* e campos de ténis, excluindo as atividades de golfe;
 - Uma área, distinta da anterior, mas que com ela se entrecruza, com funções predominantemente de gestão, fruição e interpretação da natureza. O Espaço Natureza a criar, de vocação claramente florestal, irá privilegiar a observação e interpretação da natureza, em especial das aves, e espaços de interpretação e de educação ambiental, que possam servir não só os utilizadores dos empreendimentos turísticos, mas também e especialmente os munícipes e visitantes do concelho que valorizem as atividades mais ligadas à contemplação e desfrute do ambiente natural. Para este Espaço Natureza, que deve ser concretizado no decurso da elaboração do Plano, propõe-se avaliar a localização de um centro de receção, informação e interpretação ambiental; a localização de pontos de observação de árvores, a criação de percursos para observação da fauna e flora e a instalação de estruturas que favoreçam a permanência da avifauna no local.
- A autonomia dos sistemas de saneamento básico;
 - Os acessos, a partir da N4, deverão ser melhorados no que respeita à inserção naquela Estrada Nacional, da adequação das vias existentes aos novos tráfegos, e da construção de uma nova via de acesso ao empreendimento, através de um espaço canal de 20 metros e de um perfil a estabelecer pela Câmara Municipal de acordo com o previsto na revisão do PDM;
 - Na vertente ambiental e de sustentabilidade o projeto deverá ainda ter em vista estabelecer as condições, incluindo as decorrentes de um cenário de alterações climáticas, para:

- Gestão e utilização eficiente do recurso água, incluindo medidas de redução dos consumos e de reutilização;
 - Consumo sustentável, gestão e utilização eficiente dos materiais, incluindo materiais de construção e produtos alimentares locais e sustentáveis;
 - Redução, reutilização e reciclagem de resíduos;
 - Utilização de fontes renováveis de energia e de construções e equipamentos eficientes do ponto de vista energético;
 - Adoção de soluções de transporte eficiente, minimizando o consumo de energia e as emissões poluentes;
 - Minimização das emissões de dióxido de carbono equivalente;
 - Preservação da biodiversidade e proteção, reabilitação, conservação e valorização dos habitats naturais;
 - Promoção de oportunidades de emprego de formação profissional;
 - Contribuição para atividades que envolvam a comunidade, nomeadamente através de infraestruturas de educação ambiental.
- São apresentados Termos de Referência enquadrando os objetivos programáticos, definindo o ponto de partida para os trabalhos de elaboração do futuro plano, tendo em vista o enquadramento das pretensões a integrar e a regular;
 - O Município reconhece que a intervenção proposta contribui para reforçar a estratégia de desenvolvimento concelhio, assumindo um papel importante, designadamente na vertente turística regional;

- O Município dispõe de atribuições nos domínios da promoção do desenvolvimento territorial e do ordenamento do território e urbanismo, nos termos das alíneas m) e n) do n.º 2, do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e que o princípio da contratualização, constante na alínea h), do artigo 5.º da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo, e concretizado no artigo 79.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, consagra o enquadramento normativo da figura do contrato para planeamento, visando concertar os interesses públicos e privados, sem alienar a responsabilidade pelas opções de ocupação do território, as quais cabem em exclusivo aos órgãos municipais;
- Face ao enquadramento, zonas de montado existente e proposta efetiva para a transformação daquele território, Plano de Pormenor do Núcleo de Desenvolvimento Turístico da Barroca d'Alva (PPBA) deverá ser submetido a Avaliação Ambiental, prevendo-se a avaliação das características ambientais das zonas suscetíveis de serem significativamente alteradas, os eventuais efeitos significativos decorrentes da aplicação do Plano, bem como as medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos resultantes da aplicação do Plano, e os indicadores de monitorização do Plano.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

1. Aprovar a Proposta de Contrato para Planeamento e Termos de Referência tendo em vista a contratualização entre a Administração e os privados no que respeita à elaboração de Plano de Pormenor, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 79.º do RJIGT;
2. Submeter a correspondente deliberação de aprovação, a discussão pública, nos termos do n.º 3, artigo 81.º do RJIGT, pelo período de 15 dias em simultâneo com o período definido nos pontos seguintes;
3. Retomar formalmente o procedimento iniciado em 7 de outubro de 1998 de elaboração do Plano de Pormenor do Núcleo de Desenvolvimento Turístico da

Barroca d'Alva (PPBA), freguesia de Alcochete, estipulando o prazo de 12 meses para a sua conclusão;

4. Submeter o Plano de Pormenor do Núcleo de Desenvolvimento Turístico da Barroca d'Alva (PPBA) a Avaliação Ambiental Estratégica nos termos do artigo 78.º do RJIGT e do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho;
5. Determinar a abertura do período de participação pública preventiva nos termos do n.º 2, do artigo 88.º do RJIGT, pelo prazo de 20 dias para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações, sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de elaboração.»

Submetida à discussão o senhor vereador Luís Franco declarou que está de acordo com a celebração deste contrato para planeamento, um objetivo que para o qual também trabalhou durante vários anos, sendo importante que possa haver condições para que este empreendimento seja concretizado.

Questionou qual a diferença entre os termos de referência do contrato que está a ser apresentado e os contornos técnicos da proposta que foi apresentada à câmara municipal em 2016, notou uma redução ínfima da área do plano e que também parece ter sido purgada a componente relacionada com o campo de golfe de 18 buracos.

Perguntou se se está perante uma deliberação inicial ou uma prorrogação do prazo uma vez que o prazo anterior decorreu integralmente, tendo dúvidas que a câmara tenha competência para deliberar acerca da prorrogação.

Interrogou sobre qual a entidade que fica com a obrigação de desenvolver procedimentos e, eventualmente, indemnizar os titulares do direito de propriedade de terrenos que permitam a ligação com o novo acesso desde a Estrada Nacional n.º 4 até ao caminho que é serventia ao empreendimento turístico.

Por último e sobre a execução do plano, para não se estar perante uma mera operação de especulação imobiliária questionou se não seria mais avisado a cessão da posição contratual ficar pendente de concordância da Câmara Municipal de Alcochete.

O senhor presidente deu nota que o que estava previsto era um campo de golfe com 18 buracos, mas tendo em conta os dias de hoje, o executivo entendeu que “não via com bons olhos” a elaboração desse espaço, porque exige muita água, numa altura em que na ordem do dia estão as alterações climáticas a proporcionarem um conjunto grande de preocupações, pelo que sugeriu que em sua substituição existisse um área com clara vocação desportiva e de lazer, aproveitando as condições naturais que o local oferece.

Por solicitação do senhor presidente, o chefe da Divisão da Administração do Território da Câmara Municipal de Alcochete, senhor Engenheiro Vítor Carvalheira, complementou as informações da proposta.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a Planta 1, como **Doc. 2**.

4.6. Recurso a reserva de recrutamento interna de seis assistentes operacionais, na área da educação, no regime de contrato de trabalho a termo incerto (DIS)

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Atendendo à recorrente ausência de assistentes operacionais, na área da educação/ação educativa, por um período superior a 30 dias consecutivos, verifica-se a necessidade urgente de agilizar o processo de substituição de seis trabalhadoras que se encontram inibidas das funções por tempo prolongado, sob pena de incumprimento dos ratios legais, necessários para assegurar o adequado funcionamento do serviço.

Em face do exposto, e dado o carácter temporário e incerto da situação, verifica-se a possibilidade de satisfazer as necessidades com recurso à reserva de recrutamento existente no Município, válida até 08/03/2024, para seis assistentes operacionais, na área

de educação, no regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, que decorreu do desenvolvimento do procedimento concursal publicitado no “Diário da República”, 2.ª série, n.º 137, de 18 de julho de 2022, cuja oferta de emprego na BEP adquiriu, o código n.º OE202207/0589;

Neste sentido, importa acrescentar que, para os lugares em questão, existem postos de trabalho vagos no Mapa de Pessoal do Município, estando prevista a consequente orçamentação da despesa;

Desta forma, dada a demonstrada insuficiência de recursos humanos, para assegurar o cumprimento das obrigações legalmente estabelecidas e a qualidade do serviço a prestar nesta área de atividade, torna-se imprescindível o recrutamento daqueles postos de trabalho, pelo que em face de todo o articulado jurídico, sustentado pela informação da DAGR n.º 66/2022, anexa e, considerando que se encontram cumpridos todos os requisitos previstos para o efeito, proponho, submeter à aprovação do órgão executivo, o recrutamento de seis trabalhadores, com recurso à referida reserva de recrutamento interna do procedimento concursal supra mencionado, para constituição de vínculo de emprego público por tempo determinado, a termo resolutivo incerto, de seis postos de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional, na área da educação, com afetação à DIS - Divisão de Intervenção Social».

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a Informação, como **Doc. 3**.

4.7. Celebração de Contrato Programa com o Grupo Desportivo Alegria e Trabalho **– Barroca d`Alva**

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades quotidianas sentidas para manter o

funcionamento da sua atividade, regular ou pontual, com a devida definição de critérios respeitando os princípios da, equidade social, onde o rigor e a transparência são fatores essenciais para a concretização de um projeto participado, assente na parceria e cooperação.

Assim, considerando:

- As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23.º - 2 alíneas e) e f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento;
- A competência da Câmara Municipal, nos termos das alíneas o) e u), do artigo 33.º, n.º 1, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza as instituições legalmente constituídas, com vista à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;
- A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria;
- As reuniões dinamizadas com os interessados, com a indicação das propostas de atividades a serem consideradas para o ano de 2022, bem como os critérios para a atribuição dos apoios, tendo os presentes concordado com a proposta apresentada.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €5.000,00 (cinco mil euros), ao Grupo Desportivo Alegria e Trabalho-Barroca D'Alva.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Contrato Programa, como **Doc. 4.**

4.8. Atribuição de Ação Social Escolar - Ano Letivo 2022/2023

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«No âmbito do estabelecido pela alínea hh), do n.º 1, do artigo 33.º e pelo ponto 1, do artigo 34.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, é competência da Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a atribuição de auxílios económicos no âmbito da alimentação, material escolar e visitas de estudo.

De acordo com o estabelecido pela legislação em vigor e após a análise de todos os requerimentos e respetiva fundamentação documental, propõe-se a atribuição de Ação Social Escolar no escalão A a 7 alunos do ensino pré-escolar e a 4 alunos do 1.º ciclo do ensino básico. No escalão B a 1 aluno do ensino pré-escolar e a 13 alunos do 1.º ciclo do ensino básico, cujos processos encontram-se disponíveis para consulta no Setor de Educação.

Assim sendo, propõe-se que a Câmara Municipal delibere favoravelmente a atribuição de Ação Social Escolar para o ano letivo 2022/2023, com efeitos a 1 de setembro de 2022».

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade

5. Apoios financeiros

Não foram apresentadas propostas.

6. Informações

Pelo senhor presidente foram apresentadas as seguintes informações:

– **Atividades do setor da cultura – Área Fórum Cultural de Alcochete**

«Este fim-de-semana, dias 9 e 10 de setembro, realizou-se mais uma edição do festival FADO ConVida'22 no Fórum Cultural de Alcochete com um novo formato indoor e outdoor.

O público disfrutou do encontro entre fadistas e músicos de outras sonoridades lusófonas, Portugal, Angola, Brasil e Cabo-Verde juntos na celebração da língua portuguesa pelos representantes mais especiais e distintos.

A entrada (limitada aos lugares existentes) foi livre para todos os espetáculos.

O espetáculo no auditório interior, dia 9 de setembro, pelas 19h30 contou com a presença de Pedro Flores que convidou Gabriel Selvage, do Brasil, teve a lotação de 119 pessoas.

O concerto na Praça da Cultura, dia 9 de setembro, pelas 21h30, contou com a presença de Jorge Fernando que convidou Dany Silva, de Cabo Verde, teve a lotação estimada de 400 pessoas.

O espetáculo no auditório interior, dia 10 de setembro, pelas 19h30, contou com a presença de Simão Oliveira que convidou Fernando Tordo teve a lotação de 112 pessoas.

O concerto na Praça da Cultura, dia 10 de setembro, pelas 21h30, contou com a presença de Helder Moutinho que convidou Paulo Flores, de Angola, teve a lotação estimada de 410 pessoas.

Mais uma edição de sucesso que pretendemos replicar no próximo ano.»

A Câmara tomou conhecimento.

– **Atividades do setor da cultura – Área da Biblioteca**

«O mês de setembro, no calendário, é sempre um mês de grande importância para a Biblioteca, pois é aquele que celebra a abertura de portas desta instituição que é de todos e para todos.

Este ano, o setembro tornou-se ainda mais especial, pois foi aquele que marcou o arranque de uma programação dirigida às comemorações do Centenário de Nascimento de José Saramago.

No âmbito do aniversário da Biblioteca recebemos Joana Alegre, num concerto memorável acolhido pelo Fórum Cultural, devido às condições atmosféricas adversas, no passado domingo, às 21h00. Esta terça-feira, 13 de setembro, foi a vez de se cantarem os parabéns à Casa dos Sonhos, celebrando os seus leitores e apresentando os principais projetos que integram a nossa programação. No próximo sábado será a vez das famílias serem convidadas a redescobrir espaços e serviços da Biblioteca, mediante a realização de um *peddypaper*.

José Saramago está presente durante este mês na forma de uma mostra biobibliográfica que conta com duas ilustrações do artista David Soares e três peças concebidas pela professora Adelaide Alves. Paralelamente, estão expostas as obras do prémio Nobel que integram o nosso acervo. Dedicamos a iniciativa dirigida às famílias, no 1.º sábado de cada mês, Era uma vez! à leitura da obra: O silêncio da água e a uma conversa bonita e de uma riqueza extraordinária com José Boieiro, pescador profissional alcochetano, que se dedica à faina no rio Tejo. Esta foi uma oportunidade para falar dos desafios, das dificuldades, mas também dos sonhos deste pescador.

Ainda contempladas pela celebração de Saramago teremos:

- A Oficina de ilustração com bordado, para pais e filhos, que será dinamizada pela Andreia Salgueiro, da Alfarroba edições;
- A Oficina de escrita criativa, Ensaio para Saramago, dirigida ao público em geral e que foi concebida em torno dos lugares do autor e do imaginário das suas personagens;
- A Tertúlia Saramagueando, «As intermitências da morte», dinamizada pela professora Ana Maria Martins, que permitirá uma conversa sobre temas tão

universais como a vida, a morte, o amor e o sentido, ou a falta dele, da nossa existência.

Em outubro e novembro será a vez do serviço educativo trabalhar para os alunos do 2.º ciclo, A maior flor do mundo, texto belíssimo que reflete sobre a infância e a literatura a ela destinada e revela uma esperança inabalável nas gerações mais novas, capazes de fazer grandes coisas.

Convidamos-vos, por isso, a visitarem a nossa e vossa Biblioteca!»

A Câmara tomou conhecimento.

Pelo senhor vereador Pedro Lavrado foi apresentada a seguinte informação:

– **Semana Europeia da Mobilidade**

«Decorre, de 17 a 22 de setembro a Semana Europeia da Mobilidade, sob o lema “ Combina e Move-te!”.

A efeméride volta a assinalar-se em 2022, proporcionando uma oportunidade para que as pessoas redescubram a sua cidade ou vila, adotando meios de transporte mais saudáveis e práticas mais amigas do ambiente. Por isso, em linha com estas premissas, o município de Alcochete promove no próximo sábado, dia 17 de setembro, uma caminhada que reforça a importância dos recursos naturais existentes no concelho. O convite, extensível a todas as faixas etárias, é para que disfrutem de uma caminhada no Pinhal das Areias, realizada em parceria com o Instituto Conservação Natureza e Florestas/Reserva Natural Estuário do Tejo.

Tornando o percurso mais dinâmico e promovendo uma sessão educativa sobre os recursos desta localização privilegiada no coração do Estuário do Tejo, a experiência vai contar com o acompanhamento de um representante do ICNF/RNET, que irá fazer uma explicação ao longo de todo percurso, desde o Pinhal das Areias até ao Sítio das Hortas. Temas como o

ambiente, as espécies de aves e de vegetação, vão estar em destaque numa manhã que se prevê rica em informação e onde o contacto com a natureza vai ser uma constante.

Com concentração marcada para as 09H30 junto ao portão de entrada do *Freeport*, uma vez que o acesso ao portão principal do Pinhal das Areias se encontra condicionado devido às obras das avenidas 5 de Outubro e Canto do Pinheiro, a caminhada prevê-se iniciar por volta das 10H00, terminando pelas 11H30. Ao longo do percurso será ainda possível fazer uma paragem no Centro Asinino de Alcochete, que alberga burros cruzados de raça mirandesa.

As inscrições, limitadas a 50 participantes, poderão ser efetuadas através do telefone 212348655, ou do email: posto.turismo@cm-alcochete.pt, até ao dia 16 de setembro.»

A Câmara tomou conhecimento.

D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 19:30 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Oliveira, técnica superior, subscrevo e assino.